

Demonstrações Contábeis

INSTITUTO SOCIO-CULTURAL TPI

31 de dezembro de 2018 e 2017

com Relatório dos Auditores Independentes

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



22/março/2019

Aos administradores e associados;

INSTITUTO SOCIO-CULTURAL TPI

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Prezados senhores (as),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encerradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 do **INSTITUTO SOCIO-CULTURAL TPI**.

Atenciosamente,

Audisa Auditores Associados

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Chiaratti Do Nascimento.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 817C-C031-3619-C2B8.

INSTITUTO SOCIO-CULTURAL TPI**Demonstrações Contábeis**

31 de dezembro de 2018 e 2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS PERÍODOS	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



INSTITUTO SOCIO-CULTURAL TPI

C.N.P.J – 09.488.102/0001-72

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as Demonstrações Contábeis do **INSTITUTO SOCIO-CULTURAL TPI** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para sobre as Demonstrações Contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 11.3, na qual o Instituto afirma que a sua continuidade operacional depende do recebimento das contribuições das companhias associadas.

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas no pressuposto da continuidade dos investimentos necessários para manutenção de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada sobre o assunto.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



Outros Assuntos:

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26 de Abril de 2018 sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP 26 de março de 2019

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS

CRC/SP 2 SP 024.298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador

CRC- SP 187.003/ O- 0

CNAI – SP – 1620

SÃO PAULO

Alameda Rio Negro, 503
1º And. Conj. 108/109
Alphaville – 06454-000
saopaulo@portalaudisa.com.br

Fone: (11) 3661-9933

PORTO ALEGRE

AV. Getúlio Vargas, 1157
13º And. Conj. 1316
Menino Deus – 90150-005
portoalegre@portalaudisa.com.br

Fone: (51) 3062-8902

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/817C-C031-3619-C2B8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 817C-C031-3619-C2B8



Hash do Documento

509C47F3E480D20DD5969D74749F4160F09C85EFA27F287D6AD20E3817DA888B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/06/2019 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19
em 03/06/2019 14:40 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



Instituto Sócio-Cultural TPI

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	10
Demonstração do Resultado do Período	11
Demonstração das mutações do patrimônio Líquido.....	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Instituto Sócio-Cultural TPI

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	382.470	298.081
Caixa e equivalentes de caixa restrito (Nota 4)	2.090.816	1.869.129
Adiantamento a fornecedores	374	43
Tributos a recuperar (Nota 5)	-	1.485
Total do ativo circulante	<u>2.473.660</u>	<u>2.168.738</u>
Total do ativo	<u>2.473.660</u>	<u>2.168.738</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores (Nota 6)	1.450	30.187
Obrigações fiscais	505	246
Partes relacionadas	-	166.318
Recursos a aplicar (projetos com Lei de Incentivo) (Nota 7)	2.090.816	1.856.004
Total do passivo circulante	<u>2.092.771</u>	<u>2.052.755</u>
Não Circulante		
Provisões para contingências	-	12.609
Total do passivo não circulante	<u>-</u>	<u>12.609</u>
Patrimônio Líquido		
Patrimônio social	103.374	
Superávits do Exercício	277.515	103.374
Total do Patrimônio Líquido (Nota 8)	<u>380.889</u>	<u>103.374</u>
Total do passivo e patrimônio Líquido	<u>2.473.660</u>	<u>2.168.738</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sócio-Cultural TPI

Demonstração do Resultado do Período
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas (Nota 9.1)		
Receitas sem restrição (contribuições associativas)	709.555	549.583
Receitas com restrição (projetos com lei de incentivo)	6.751	735.576
Receitas sem restrição (doações pessoa jurídica)	90.000	125.477
Receitas sem restrição (trabalho voluntário)	18.701	-
Total das receitas	825.007	1.410.636
Despesas operacionais		
Despesas administrativas (Nota 9.2)	(349.315)	(347.029)
Despesas com projetos (Nota 9.3)	(199.887)	(1.035.039)
Total das despesa operacionais	(549.202)	(1.382.068)
Superávit (déficit) antes das receitas e despesas financeiras	275.805	28.568
Despesas financeiras	(1.450)	(1.112)
Receitas financeiras (Nota 9.4)	3.160	178
Resultado financeiro líquido	1.710	(934)
Superávit (déficit) do exercício	277.515	27.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sócio-Cultural TPI

Demonstração das mutações do patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávits (déficits) acumulados	Superávits (déficits) do Exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		75.740		75.740
Superávit do exercício		27.634		27.634
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	103.374	-	103.374
Incorporação do Resultado do Exercício	103.374	(103.374)		
Superávit do exercício			277.515	277.515
Saldo em 31 de dezembro de 2018	103.374	-	277.515	380.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sócio-Cultural TPI

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	277.515	27.634
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(12.609)	12.609
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) em outros ativos	1.154	(151)
Aumento (redução) em outros ativos restritos	(221.687)	(388.094)
Aumento (redução) em fornecedores	(28.737)	30.000
Aumento (redução) em fornecedores restritos	-	(82.990)
Aumento (redução) em impostos a recolher	259	(7.380)
Aumento (redução) em recursos com restrição	234.812	465.398
Aumento (redução) em outras obrigações	(166.318)	166.318
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	84.389	223.344
	84.389	223.344
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	298.081	74.737
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	382.470	298.081
	84.389	223.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Socio-Cultural TPI (“Instituto” ou “Entidade”) é o elo entre a atuação social e o cotidiano das operações da Triunfo Participações e Investimentos e suas empresas investidas (“Gupo Triunfo”). Foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades que acolhem os negócios das Companhias, por meio do apoio, execução e monitoramento de projetos alinhados com os eixos estratégicos de educação e cultura, proteção à infância e cultura.

A matriz do Instituto está localizada na Rua Olimpíadas, 205 – cj 142 - São Paulo (SP), Brasil, com filial na Rod BR 116, nº 2651, Km 395 - Curitiba (PR) e na Rodovia Washington Luiz 13.892 – Jardim Primavera, Duque de Caxias (RJ).

O Instituto é qualificado como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de acordo com a Lei nº 9.970/99, desde dezembro de 2015. Esse status proporcionou ao Instituto maior autonomia e possibilidade de desenvolvimento e expansão, por meio de parcerias e captação de recursos.

Assim, a instituição pode atuar por meio da execução direta de projetos, programas ou plano de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Desde que foi criado, o Instituto apoiou e desenvolveu diversos projetos socioculturais, tais como a produção de livros e audiovisuais, estendendo sua atuação a 07 estados brasileiros e Distrito Federal (RS, SC, PR, SP, RJ, GO, MG e DF). Em 2014, a partir do processo de planejamento estratégico, a entidade renovou seus propósitos e ampliou suas áreas de atuação.

Além dos projetos enquadrados nos três eixos estratégicos definidos, o Instituto permanece atento às demandas das comunidades locais, a fim de identificar oportunidades de colaboração em ações que contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento local sustentável. Como diretriz, o Instituto prioriza a participação de agentes locais no desenvolvimento desses projetos.

Os projetos diretamente geridos pelo Instituto são desenvolvidos com recursos oriundos das contribuições associativas das empresas associadas, seguindo os padrões definidos no Capítulo II do Estatuto Social e estabelecidos em Assembleia Geral.

Além do orçamento próprio, o Instituto Triunfo administra também os recursos do PRONAC 121282 (Recuperação do Museu Rodoviário de Comendador Levy Gasparian), conforme a Lei Federal de Incentivo à Cultura Nº 8.313 de 23 de Dezembro de 1991 e conhecida como Lei Rouanet.

O Instituto possui um Conselho Administrativo e um Conselho Fiscal, formado por diretores das empresas associadas, cuja atribuição é o apoio na avaliação das melhores estratégias para a tomada de decisões que impulsionem o desenvolvimento da organização.

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Como Instituição sem fins lucrativos, o Instituto se pauta pelo rigoroso cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 14 do CTN e no artigo 12 da Lei Federal 9.532/1997.

O Instituto não se beneficia da imunidade tributária das contribuições sociais de que trata o artigo 195 § 7º da Constituição, porque não é detentor de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. O Instituto não recolhe a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidente sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, por entender que faz jus ao benefício da isenção da COFINS prevista no artigo 14, X, da MP no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. No entanto, recolhe a COFINS sobre receitas financeiras, posto que esta receita não está contemplada em seu escopo de atuação. O Programa de Integração Social (PIS), incide sobre a folha de salários, conforme estabelecido no artigo 13 da MP no 2.158-35; e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não são devidos por disposição expressa da Lei no 9.532/97.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2.002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 09 de abril de 2019.

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa (restrito)

Os equivalentes de caixa restrito são utilizados exclusivamente para atender a compromissos de caixa referente as despesas dos respectivos projetos vinculados. A Entidade considera equivalentes de caixa restrito uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um risco remoto de mudança de valor.

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em Real, que é a sua moeda funcional.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social, conforme estabelece a Lei nº 9.532/97.

2.5. Apuração do resultado das atividades sociais

A Entidade, obtém suas receitas mediante contribuições associativas das Companhias Associadas, valores programados anualmente. Eventualmente pode receber patrocínios de leis de incentivo e doações de pessoas físicas e jurídicas, que são registradas quando recebidas em função da impossibilidade de previsão dos valores e datas de recebimento.

As despesas do exercício são apuradas em conformidade com o regime de competência.

2.6. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Ativos financeiros: a Entidade possui registrado como ativo financeiro os caixa e equivalentes de caixa que são classificados na categoria mencionada a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Passivos financeiros: a Entidade possui registrado como passivo financeiro as contas a pagar a fornecedores e tributos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco Santander	382.470	298.081
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>382.470</u>	<u>298.081</u>

Os recursos se referem, substancialmente, as contribuições associativas e doações recebidas das empresas Associadas para aplicação em projetos próprios e pagamento de despesas administrativas da Entidade. As contribuições associativas seguem os padrões definidos no Capítulo II do Estatuto Social do Instituto Triunfo.

4. Caixa e equivalentes de caixa (restrito)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Banco do Brasil S.A.	144.588	1.156.470
Aplicações financeiras	1.946.228	712.659
Total do caixa e equivalentes de caixa (restrito)	<u>2.090.816</u>	<u>1.869.129</u>

Os recursos se referem aos patrocínios recebidos das Companhias Associadas através do PRONAC 121282 para o projeto de Recuperação do Museu Rodoviário de Comendador Levy Gasparian conforme a Lei Federal de Incentivo à Cultura nº 8.313 de 23 de Dezembro de 1991 e conhecida como Lei Rouanet. Estão representadas por depósitos em conta corrente e aplicações financeiras.

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

5. Tributos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CSRF a recuperar	-	1.485
Total dos tributos a recuperar	<u>-</u>	<u>1.485</u>

Os créditos, relativos as Contribuições Sociais Retidas na Fonte, foram atualizados com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e foram compensados com outros tributos da esfera federal no exercício de 2018.

6. Fornecedores

O montante registrado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2018 refere-se a notas fiscais provenientes de despesas administrativas. Para o período de 2017, refere-se, substancialmente, a notas fiscais do projeto Educação para o Trânsito. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo era composto conforme demonstrativo abaixo:

Fornecedores	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contabilista Papelaria	250	-
Giuliana Comércio de Flores	-	187
Instituto Ekloos	1.200	-
IPTRAN - Instituto Paz no Trânsito	-	30.000
Total dos fornecedores a pagar	<u>1.450</u>	<u>30.187</u>

7. Recursos a aplicar

Refere-se ao saldo do montante de patrocínio recebido e rendimento de aplicações financeiras referente aos exercícios de 2018 e 2017 para o projeto de recuperação do Museu Rodoviário de Comendador Levy Gasparian, conforme indicado na Nota Explicativa No. 4, porém, ainda não utilizado.

8. Patrimônio Líquido

A situação do Patrimônio Líquido apurada no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 está assim constituída:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit do exercício	277.515	27.634
Resultados de exercícios anteriores	103.374	75.740
Total do Patrimônio Líquido	<u>380.889</u>	<u>103.374</u>

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Representa o patrimônio inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como doação de ativos.

Conforme determinado em seu Estatuto Social, em caso de dissolução, a Assembleia Geral deverá decidir a destinação do patrimônio social, sendo distribuído à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

9. Receitas e despesas

9.1 Receitas de pessoas jurídicas e pessoas físicas

Esta rubrica é composta, principalmente, por doações e contribuições associativas recebidas das Companhias Associadas e patrocínios vinculados ao projeto PRONAC 121282 Recuperação do Museu Rodoviário de Comendador Levy Gasparian, mediante a documentação hábil e são registradas pelo regime de competência. Os recursos oriundos de patrocínios relacionados ao PRONAC 121282 são inicialmente classificados no passivo circulante da entidade e reconhecidos como receita na ocasião em que ocorrem as despesas aprovadas pelo MINC - Ministério da Cultura.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contribuições associativas	709.555	549.583
Projetos com lei de incentivo	6.751	735.576
Doações pessoa jurídica	90.000	125.477
Trabalho voluntário	18.701	-
Total das receitas	<u>825.007</u>	<u>1.410.636</u>

9.2 Despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal	(151.726)	(187.173)
Utilidades e serviços	(41.705)	(6.106)
Gerais	(72.532)	(51.651)
Serviços de terceiros	(95.360)	(89.303)
Provisão para contingência fiscal	12.609	(12.609)
Outras despesas	(601)	(187)
Total das despesas administrativas	<u>(349.315)</u>	<u>(347.029)</u>

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

9.3 Despesas de projetos

As despesas estão divididas em projetos com restrição – Lei Rouanet que totalizam o montante de R\$6.692 no exercício de 2018 e R\$735.576 em 2017 e projetos sem restrição, que englobam programas geridos pelo Instituto Triunfo em conformidade com os eixos estratégicos de atuação da Entidade. Os valores destinados aos projetos sem restrição somam R\$193.195 e R\$299.463 para os exercícios de 2018 e 2017 respectivamente.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Museu Rodoviário (i)	(6.692)	(735.576)
Total das despesas de projetos com restrição	(6.692)	(735.576)
Guarda Parque Mirim (ii)	-	(30.070)
Educação para o Trânsito (iii)	(113.664)	(205.052)
Na mão certa (iv)	(28.801)	(33.600)
Freio na fome (v)	(416)	(13.780)
Operação inverno (v)	-	(2.952)
Educação para a sustentabilidade (vi)	(23.125)	-
Outros projetos	(27.189)	(14.009)
Total das despesas com projetos – sem restrição	(193.195)	(299.463)
Total das despesas de projetos	(199.887)	(1.035.039)

- (i) O projeto de recuperação do Museu Rodoviário de Comendador Levy Gasparian, foi aprovado pelo Ministério da Cultura em 2013 sob o número PRONAC 121282 e, desde então, conta com a atuação do Instituto Triunfo como gestor do orçamento vinculado. O edifício é tombado pelo IPHAN por ser a última remanescente das doze estações de muda inauguradas pela Cia União Indústria em 1876 e que faziam a ligação entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora. O Museu Rodoviário é o único do gênero na América Latina e está atualmente interditado por demandar a recuperação completa do acervo e das estruturas, que devem ser ampliadas para abrigar as peças antes dispostas no jardim. Em 2017, foi concluída a recuperação dos veículos, maquinários e demais peças pesadas através da contratação de mão de obra especializada local, que aliado com uma supervisão museológica devolveu às peças a sua aparência original. No exercício de 2018 o projeto encontra-se paralisado.
- (ii) Projeto educacional que foca em conceitos socioambientais e que é realizado anualmente no em escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Neste, os alunos da rede pública tem seu currículo escolar enriquecido com conteúdos ligados ao tema de sustentabilidade e focados na valorização da região em que se encontram, que é o Delta do Jacuí, uma importante reserva ambiental. Através desse projeto, premiado pela Fundação Gaia e reconhecido como Tecnologia Social pela Fundação do Banco do Brasil, há a conexão entre diversos atores locais, mobilizando professores, comunidades e inclusive os guardas parque que também atuam como mentores.
- (iii) Semana de conscientização sobre comportamentos seguros no trânsito realizadas nas cidades sede das concessões rodoviárias associadas ao Instituto. Em todas as edições o projeto agregou a Exposição de Brinquedos Órfãos, desenvolvida pelo Instituto Paz no Trânsito (IPTRAN) com duas ações educativas, com a disponibilização de um simulador de direção em que podem ser observadas as consequências práticas da direção sob efeito de álcool, drogas ou mesmo do cansaço e pelo Talk Show, em que alunos, professores e funcionários que tiveram experiências marcantes no trânsito são convidados a compartilhar suas experiências no palco, com a mediação de uma psicóloga.
- (iv) Criado pela Childhood Foundation Brasil, o programa visa enfrentar a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Desde 2015, todas as rodovias Triunfo são signatárias deste pacto empresarial e contam em suas equipes com pontos focais e multiplicadores

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

- capacitados pela Childhood. São mais de 51 profissionais sensibilizados e capacitados para agir no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. O trabalho realizado congrega o Instituto Triunfo, que gere as ações, as Concessionárias de rodovias Triunfo, que conhecendo as realidades locais adaptam e aplicam as atividades, fazendo a interface direta com as comunidades.
- (v) Campanhas anuais focadas na mobilização dos profissionais para a arrecadação de agasalhos e cobertores na “Operação Inverno e de alimentos”, na “Um Freio na Fome”. Todos os itens arrecadados são destinados a comunidades lindeiras às concessões rodoviárias que estejam em situação de vulnerabilidade social.
- (vi) Projeto a ser desenvolvido nos exercícios de 2018 e 2019 em relação aos módulos existentes na plataforma Dreamshaper que focam no empreendedorismo por meio da educação por competências, com o intuito de beneficiar e garantir que alunos e professores envolvidos adquiram conhecimentos sobre os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas.

9.4 Receita financeira

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita financeira	3.160	178
Total das receitas financeiras	<u>3.160</u>	<u>178</u>

10. Renúncia fiscal

Conforme descrito no item 27 (c) do ITG 2.002 – Entidade sem finalidade de lucros, a entidade deve divulgar a relação de tributos objeto de renúncia fiscal. O Instituto Triunfo em razão do total de suas receitas auferidas no exercício de 2018 poderia optar pelo regime tributário diferenciado – Simples Nacional.

11. Gestão de riscos financeiros

11.1 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a possibilidade da Entidade apresentar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

11.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Entidade não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando o fluxo de receitas para mitigar o risco de liquidez.

Instituto Socio-Cultural TPI

Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

11.3 Risco de concentração de receita

Atualmente, a maior parte das receitas da Entidade é originada de contribuições associativas das Companhias Associadas. Dessa forma, a Entidade apresenta o risco de não recebimento das contribuições associativas caso as Companhias Associadas enfrentem dificuldades financeiras que a impossibilitem de realizar os aportes previamente estabelecidos.

Carlo Alberto Bottarelli
Diretor Financeiro
CPF: 185.211.779-68

Contadora: Andreia Cristina da Silva
CPF: 033.559.559-65
CRC: PR-056470/O-8